

bənê ʿādām
– OS “FILHOS DE ADÃO”
NA BÍBLIA HEBRAICA

*Oswaldo Luiz Ribeiro*¹

RESUMO

O artigo esquadriha todas as ocorrências do termo **bənê ʿādām** na Bíblia Hebraica, e conclui que, no conjunto, podem ser organizadas em dois grupos: a) um, em que muito plausivelmente designam o grupo político-social formado pelo rei e sua corte (civil, militar e/ou religiosa), e b) outro, em que se designaria o mesmo grupo, mas cuja afirmação caracteriza-se por um grau relativamente menor de segurança. Assim, **bənê ʿādām** não constituiria uma designação seja à “humanidade”, seja a um grupo genérico e indistinto de homens, como tradicionalmente tem sido traduzido: trata-se do governo da nação israelita/judaíta, com todas as implicações político-sociais daí decorrentes.

PALAVRAS-CHAVE

“Filhos de Adão”, “filhos do homem”, rei, monarquia, Bíblia Hebraica.

ABSTRACT

The paper searches all the occurrences of the term **bənê ʿādām** in the Hebrew Bible, and concludes that they can be organized into two

¹ Oswaldo Luiz Ribeiro, doutor em Teologia Bíblica pela PUC-Rio, é professor da Faculdade Unida de Vitória – ES.

groups: a) one, which very likely mean the social-political group formed by the king and his court (civil, military and/or religious), and b) the other, which would designate the same group, but whose claim is characterized by a relatively lower level of security. Thus, *bənê ʾādām* would not be a name to the ‘humanity’ or to a generic and indistinct group of men, as has traditionally been translated: it is the government of the nation Israeli/Judahite, with all the political and social implications thence arising.

KEY-WORDS

“Sons of Adam”, “Sons of man”, king, monarchy, Hebrew Bible.

Introdução

A expressão *bənê ʾādām* (“filhos de Adão”) ocorre nas seguintes passagens da Bíblia Hebraica: Dt 32,8; 2 Sm 7,14; Sl 11,4; 12,1.8; 14,2; 21,11; 31,20; 36,8; 45,3; 49,3; 53,3; 57,5; 58,2; 62,10; 66,5; 89,48; 90,3; 107,8.15.21.31; 115,16; Pr 8,4.31; 15,11; Is 52,14; Jr 32,19; Ez 31,14; Dn 10,16; Mi 5,6; Jl 1,12 (HAAG, 1999). Tais passagens têm sofrido traduções e, conseqüentemente, interpretações no sentido de se fazer consubstanciar no termo *bənê-ʾādām* uma referência abstrata à “humanidade”, aos “seres humanos”, aos “homens” em geral (BOWKER, 1978 e 1993), fazendo do termo, como o quer H. Haag (1999), simples plural de “homem”. No entanto, em substantiva parte das ocorrências, uma análise “mais atenta” revela, pouco discutivelmente, que se trata não de uma referência abstrata a “homens” ou, ainda pior, ao conceito de “humanidade” (um conceito de três mil anos?), mas da referência concreta ao rei e aos seus oficiais, isto é, ao sistema ou ao aparelho de governo da cidade ou da nação².

² E isso apesar de a tradição interpretar a expressão *bənê ʾādām* justamente como o contrário, isto é, como se referindo àqueles homens pertencentes às classes mais baixas da sociedade, sempre com certa referência (a meu ver equivocada) ao Sl 49,3, o que justificaria, de um lado, a tendência a aproximar Jesus das classes populares e, de outro, por aí explicar a origem e o significado do título “filho do homem” que

Análise das ocorrências de **bənê-ʾāḏām** na Bíblia Hebraica

Por uma questão de “espaço”, serão discutidas, neste artigo, apenas aquelas ocorrências de **bənê-ʾāḏām** na Bíblia Hebraica onde se revela pouco discutível a identidade dos **bənê-ʾāḏām** como constituindo o grupo político-social formado pelo rei e por seus oficiais.

O exercício é particularmente instrutivo para revelar como resulta não-pertinente tratar em conjunto e indistintamente os termos **bənê-ʾāḏām**, **bənê-ʾîš**, **ben-ʾāḏām**, **ben-ʾēnôš** e **bar ʾēnāš**, como (a meu ver) equivocadamente propõe, por exemplo, Donald E. Gowan (2003).

Registre-se que o ensaio nadará contra uma considerável correnteza. Um exame de trabalhos afirma que o termo **bənê-ʾāḏām** se refere muito trivialmente, apenas, ao comum dos homens, e, aqui e ali, até, em franca oposição aos “nobres”. O presente ensaio postula o absolutamente contrário – os **bənê-ʾāḏām** (é que) são os nobres. Se o ensaio estiver certo, há uma enorme revisão e correção a ser empreendida na pesquisa.

Os **bənê-ʾāḏām** como bastante plausivelmente o rei e seus oficiais

Sl 53,3 (= 14,2) (em *Almeida*, Sl 53,2)
– chave: injustiça

No Sl 53, **bənê ʾāḏām** aparece como referência a um grupo político-social dentro da estrutura sócio-política de Jerusalém. É possível reconstituir a identidade do grupo por meio de uma série de passos analíticos aplicados à narrativa do salmo (RIBEIRO, 2004).

No Sl 53, está-se numa cidade. Que assim é se depreende, principalmente, do v. 6 (em *Almeida*, v. 5). Aí, a ocorrência do verbo **ḥōnāk** (“sitiava-te”) especifica o tipo de “pavor” que os **bənê ʾāḏām** experi-

Jesus se aplicaria. Assim, por exemplo, teria argumentado, tão cedo quanto no século XVI, Sebastian Münster (BURKETT, 1999).

mentaram: um exército sitiou a cidade. Alonso-Schökel e Carniti supõem o cerco de Senaqueribe – o rei, então, seria Ezequias³. Com efeito, essa cidade é Jerusalém – o que se pode depreender do v. 7 (em *Almeida*, v. 6), onde ela é chamada de “Sião”.

No v. 5 (em *Almeida*, v. 4), o salmo informa que, dentro da cidade, existem dois grupos. Um deles, já mencionado no v. 3 (em *Almeida*, v. 2), os *bənê ʾādām*. O outro, introduzido agora, é o “meu povo”, isto é, o povo que o salmista faz *ʾēlōhîm* (“Deus”) chamar de seu. Nesse verso, afirma-se que os *bənê ʾādām* devoram “o meu povo”.

Para o dizer, o salmo recorre a uma figura retórica muito importante: *ʾōklê ʿammî ʾāklû lehem* – “(eles) devoram o meu povo, (eles) devoram pão”. *Almeida* e as versões interpõem um “como” entre as duas orações. É mais do que isso. É comendo pão que os *bənê ʾādām* “comem” o povo de *ʾēlōhîm*. Trata-se de uma referência ao modo de produção econômico da cidade – o “meu povo” produz toda a alimentação necessária para a manutenção da cidade. É do trabalho do “meu povo” que o rei e seu aparelho de governo, seus oficiais civis, seu exército e seus sacerdotes e profetas cúlticos, sobrevivem. Naturalmente que não deve ser o sistema em si que está sendo condenado, mas o fato de que o sistema acabara se tornando opressivo, de modo que o trabalho do “meu povo” no sustento da coroa torna-se, na prática, opressão. Acontece aí, em Jerusalém, na política opressora dos *bənê ʾādām* sobre a população produtiva, isto é, “o meu povo”, o mesmo que, em Samaria, Amós condenara – o rei, o palácio, o quartel e o templo oprimiam o pobre no esforço de manterem seu luxo e opulência (GERSTENBERGER, 1988).

A condição intolerável instalada na cidade revelava-se pelo fato teológico de o rei legitimar-se por meio da retórica do cuidado do povo. O rei é o “pastor” (NIBLOCK e WILSON, 1999), assim como, enquanto rei, também Yahweh é *rōʿēh yiśrāʾēl* (“pastor de Israel”). O povo é o

³ Cf. Luís ALONSO-SCHÖKEL e Cecília CARNITI, *Salmos I – Salmos 1 -72*. São Paulo: Paulus, 1996, p. 718. Consideram-no secundário e pior conservado do que o Sl 14, que lhe é “cópia” (p. 258). A meu ver, o Sl 53 é original, e o Sl 14 pretendia servir-lhe de censura, justamente em razão do conteúdo crítico do v. 6. Por ironia, sobreviveram as duas versões.

rebanho da divindade – e do rei. O rei deve apascentar o povo, cuidar dele. Ao contrário, porém, o rei está devorando o povo. É a mesma denúncia que se vê no Sl 58,7 (e *Almeida*, v. 6): o aparelho governamental tratado por meio da metáfora antagônica ao “pastor”: **malṯōṯ kəp̄îrîm nəṯōṣ** – “as presas dos leõezinhos, arranca, Yahweh”.

Que os **bənê ʾādām** têm o encargo “divino” de cuidar do povo, isto é, que recorrem à retórica do “pastorado” outorgado pela divindade, depreende-se muito facilmente por uma segunda série de passos analíticos aplicados aos versos 1-4 do salmo. Diz-se que, desde sua morada celeste, **ʾēlōhîm** se debruça sobre os **bənê ʾādām** (não sobre “meu povo”), para ver se, entre eles, há alguém que “busque **ʾēlōhîm**”, isto é, que seja “sensato”, isto é, que faça o bem. Nos termos retóricos do salmo, essa série inteira se equivale: ser sensato = buscar **ʾēlōhîm** = fazer o bem. É preciso recuperar a série negativa, para, assim, completar-se a série positiva, e revelar-se o fato de que “fazer o bem”, aí, é “cuidar do ‘meu povo’”. O processo é simples. Não há nenhum sensato entre os **bənê ʾādām**, eles, todos, conjuntamente, estão corrompidos e desviados, praticam injustiça, não buscam **ʾēlōhîm**, são “obreiros da injustiça”, eles “devoram ‘o meu povo’”. Em lugar de “apascentar ‘o meu povo’”, situação em que exerceria suas atribuições divinamente estabelecidas de “pastor”, o rei “apascenta-se d’o meu povo”, ele devora o povo de **ʾēlōhîm**: o “pastor” se transformou em “leão”.

Uma segunda informação ratifica o fato de que o rei, aí, desde seu trono, em Sião, dele esperam-se salvação, e não, opressões, expressão que aponta para o fato de que é função do rei zelar pelas condições de vida do povo. O v. 7 (em *Almeida*, v. 6) abre-se com a expressão **mî yit-tēn miṣṣiyyôn yəšūʿōṯ yisrāʾēl** – “quem dera de Sião [viesses] salvação de Israel”. Almeida e as versões, muitas vezes, trazem “salvação”, “vitória” ou “livramento”, singular, mas **yəšūʿōṯ** é plural. No plural, não significa uma ação única, datável, histórica ou teológica⁴, mas uma referência às ações diárias que se esperariam de um rei que cumprisse

⁴ As versões alegorizam o termo, tratando-o teologicamente, o que, a meu ver, é um equívoco derivado da interpretação teológica igualmente equivocada que se faz do Sl 53 como referência ao ateísmo contemporâneo, interpretação essa que domina os comentários.

efetivamente sua atribuição de “pastor” – salvação. Em lugar disso, o rei é leão: de Sião vêm – diariamente – opressões.

Em resumo, o Sl 53 permite reconstruir em detalhes a identidade dos *bənê ʿādām*. O termo refere-se ao grupo político-social governante de Jerusalém, formado pelo rei, por seu corpo burocrático, por seu contingente militar e por seu aparelho litúrgico-religioso. Não seria implausível, sequer, considerar a hipótese de tratar-se, nesse caso, de Ezequias, rei de Jerusalém.

Sl 58,2 (em *Almeida*, v. 1)

– chave: injustiça

O Sl 58 está intimamente relacionado ao tema do Sl 53 – trata-se da relação, nesse caso negativa, entre os *bənê ʿādām*, na condição de gestores do direito, e aqueles que dependem de seus atos de justiça (GERSTENBERGER, 1988). Eu acompanharia o comentário de Alonso-Schökel: “o perverso típico. É um poderoso injusto que abusa do poder e trabalha em grupo com outros semelhantes. Estão dedicados ao mal por dentro e por fora”⁵. No entanto, Alonso-Schökel deixa de captar a identidade do “poderoso injusto”, na medida e que ele vê nos *bənê ʿādām* uma mera referência geral aos “homens” – nesse caso, aqueles que sofrem as injustiças dos “poderosos”. Todavia, não posso concordar com a tradução que Alonso-Schökel propõe na *Bíblia do Peregrino*: “é verdade, poderosos, / que dais sentenças justas / e julgais retamente os homens?”. “Homens”, aí, traduz a expressão hebraica *bənê ʿādām*, que se fez reduzir genericamente a um contingente qualquer de homens.

Recorro ao próprio Alonso-Schökel, mas, agora, a seu comentário aos Salmos, para traduzir de modo diferente a expressão *bənê ʿādām*. Tanto a LXX, quanto Jerônimo e a Vulgata tratam *bənê ʿādām* como vocativo, exatamente como, de modo geral, *ʿēlem* (na *Bíblia do Peregrino*, “poderosos”). Nesse caso, é possível a tradução: “é verdade,

⁵ Luís ALONSO-SCHÖKEL, *Bíblia do Peregrino*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 1247, nota geral ao Sl 58.

poderosos, que dais sentenças justas, / que julgais retamente, filhos de Adão?”. Essa tradução é possível, quando se interpreta a pergunta como um paralelismo sintético:

É verdade	ó poderosos	que dais sentenças justas?
	ó filhos de Adão	que julgais retamente?

Como vocativo traduz, por exemplo, a Bíblia Vozes, mas, lamentavelmente, aí se peca, porque se traduz *bənê ʾādām* como “filhos dos homens”, e não, como é necessário, “filhos de Adão” ou “filhos de/do homem”: “é verdade que dais sentenças justas, ó potentes? Julgais segundo o direito, ó filhos dos homens?”.

“Poderosos” e “filhos de Adão” referem-se àqueles que estão sob a interpelação do salmista. “Poderosos” é o modo como Alonso-Schökel traduz o termo hebraico – problemático! – *ʾēlem*. O próprio Alonso-Schökel sabe, por exemplo, que se poderia vocalizar *ʾēlim*, “deuses”. A nota *p* ao Sl 58,2, na TEB, informa que “os modernos com frequência corrigem para ‘deuses’”, sugerindo, adequadamente, uma aproximação entre essa forma de expressão e a empregada no Sl 82,6 – “deuses, sois vós” (TEB). Da mesma forma, o Sl 45,7 (*Almeida*, v. 6) trata o rei diretamente por *ʾēlohîm*, e isso numa passagem em que estão presentes e mutuamente identificados os termos “rei” (*melek*), “filhos de Adão” (*bənê ʾādām*) e “Deus” (*ʾēlohîm*). Que se está, contudo, diante de um terreno difícil ilustra-o a tradução da *Bíblia de Jerusalém*, que, se por um lado, traduz adequadamente “filhos de Adão”, por outro lado desconsidera a sua função vocativa, ainda que tenha percebido a referência aos “deuses” na primeira parte da interpelação: “é verdade que opinais com justiça, ó seres divinos? Que julgais retamente os filhos de Adão?” (BÍBLIA DE JERUSALÉM).

Ora, quando se está bem informado da identidade político-social dos “filhos de Adão”, imediatamente se pode conceber que o termo “deuses” seja uma metonímia irônica à retórica de legitimação do trono, isto é, do rei como representante de “Deus” – por exemplo, Sl 2,6-7 e 82,6-7 (COLLINS e COLLINS, 2008). Assim,

referindo-se ironicamente ao discurso legitimador do trono – “deuses” –, bem como o tratando pelo seu *terminus technicus* político-social – **bəṇê ʾāḏām** –, o salmista denuncia o aparelho judiciário-executivo institucional, acusando-o de julgar perversamente, de furtar-se a seu dever e missão de promover o direito e zelar pela justiça. Assim, a tradução deveria ser a seguinte: “é verdade, ó deuses, que dais sentenças justas?, que julgais retamente, ó filhos de Adão?”. E a resposta vem logo a seguir: não, não é verdade (cf. v. 3 – em *Almeida*, v. 2).

A identificação dos **bəṇê ʾāḏām**, aí, como sendo o aparelho judiciário-executivo da cidade, a cargo do trono, explica o modo como a ira do salmista se expressa a favor de vingança no v. 7 (em *Almeida*, v. 6): “ó Deus, quebra-lhes os dentes da boca, as presas dos leõezinhos, arranca, ó Yahweh”. Ora, por que “leõezinhos”? Porque os **bəṇê ʾāḏām** legitimam-se como “os pastores” nomeados por “Deus”, pastores a cuidar do povo (NIBLOCK e WILSON, 1999), quando, na verdade, eles se comportam como predadores – como leões.

Deve evitar-se deixar que passe despercebida a afirmação com que o Sl 58 se encerra: “sim, há um Deus que faz justiça sobre a terra” – ela não remete, de forma não necessariamente intencional, ao verso de abertura do Sl 53: “diz o insensato em seu coração, não há ‘Deus’”? Seja no Sl 53, seja no Sl 58, seja no Sl 82, a referência metonímico-metafórica aos **bəṇê ʾāḏām** se faz seguir, sempre, da referência à justiça de “Deus” – é no papel de pastores, de juízes, de protetores, que os **bəṇê ʾāḏām** encarnam a própria presença e pessoa de “Deus”. Quando, contudo, a justiça e o direito não vão além das metáforas ideológico-demagógicas, resta, aos salmistas, e, eventualmente, ao povo, acreditar que, para além dos “deuses”, isto é, dos **bəṇê ʾāḏām**, haja, de fato, um “Deus” que faça a justiça (cf. Sl 58,12 [*Almeida*, v. 11]; 82,8 – e, menos convictamente, Sl 53,7 [*Almeida*, v. 6]).

Em resumo, no Sl 58, **bəṇê ʾāḏām** designa o grupo político-social responsável pela administração do direito e do governo da cidade, daí sua relação metonímica aos “deuses”. É bastante revelador que em ambos os salmos – 53 e 58 – os **bəṇê ʾāḏām** sejam denunciados como governantes e juízes pervertidos.

Sl 45,3 (em *Almeida*, v. 2)

– chave: dinastia/cosmogonia

Todavia, não se há de referir-se ao rei apenas por meio da crítica – eventualmente, uma composição pode estar a serviço da própria coroa, até sob sua encomenda. Esse é, por exemplo, o caso do Sl 45, que descreve a cerimônia das bodas do rei. Que se trata do rei não resta qualquer dúvida. No v. 2 (em *Almeida*, v. 1) pode-se ler – **melek** (“rei”): é para o rei que o salmista consagra a sua língua. E ei-lo a dizer: “tu és o mais belo dentre os filhos de Adão” – entre os **bənê ʾādām** (KHA-TRY, 2000). Ainda mais: adiante, esse rei, esse mais belo componente dos **bənê ʾādām**, é explícita e diretamente tratado como **ʾēlōhîm**: “o teu trono, ó **ʾēlōhîm**, é para todo o sempre, cetro de equidade é o cetro do teu reino” (v. 7 – em *Almeida*, v. 6). Finalmente, no v. 17 (16, em *Almeida*), afirma-se que, por conta das bodas, o “rei”, o primeiro dentre os **bənê ʾādām**, terá filhos, e os colocará como “príncipes” sobre toda a terra – isto é, a terra sobre a qual o rei e seus oficiais, os **bənê ʾādām**, governam.

No conjunto, o Sl 45 dá todas as pistas para a adequada compreensão histórico-social do significado técnico do termo **bənê ʾādām**: trata-se do grupo político-social formado pelo rei e seus filhos, os príncipes, bem como por seus oficiais civis, militares e religiosos. E porque é o “Deus” da nação em pessoa quem o coloca no trono, ele, fundamento cosmogônico da nação é, em sua pessoa, ele mesmo, um **ʾēlōhîm** (cf. Sl 58,2 [em *Almeida*, v. 1] e Sl 82,6-7).

Dt 32,8

– chave: dinastia/cosmogonia

“Quando o Altíssimo repartia as nações conforme o seu distribuir os filhos de Adão, quando estabelecia as fronteiras dos povos de acordo com o número dos filhos dos deuses”, então a parte que coube a Yahweh foi seu povo, foi Jacó. O sentido é bastante claro: para cada nação, um grupo político-social específico – os **bənê ʾādām**. Para cada povo, um número correspondente de “filhos de deuses”. Povos e nações, de um lado, **bənê ʾādām** e filhos dos deuses, de outro. Povos e territóri-

os e seus respectivos governantes, estes, por sua vez, governantes na condição de representantes dos respectivos deuses de cada povo/nação (cf. Sl 2,6-7, com implicações para Sl 45,7 [em Almeida, v. 6]; 58,2 [em Almeida, v. 1] e 82,6-7). Nos termos do paradigma cultural politeísta que se deixa perceber em Dt 32, assim como cada deus tem seu rei e seu povo, a Yahweh coube Jacó.

A relação entre os *bəṇê ʾādām* e os “filhos dos deuses” está determinada pela retórica política próximo-oriental: o rei, bem como todo o sistema governamental que se estabelece sob a coroa – no conjunto, os *bəṇê ʾādām* – governa sob a legitimação dos deuses. Daí que o governo do rei é o governo dos deuses, porque é por meio do rei que os deuses governam e exercem a justiça. De modo que resulta indesculpável não identificar necessariamente os *bəṇê ʾādām* com os respectivos grupos de governo de cada nação e, conseqüentemente, para Israel/Judá, com o rei e seus oficiais de governo.

2 Sm 7,14

– chave: dinastia/cosmogonia

Trata-se do oráculo de Natã, da parte de Yahweh, a Davi, cabeça da dinastia. Yahweh garante-lhe trono eterno, ainda que ele “peque”. Porque “eu mesmo lhe serei por pai, e ele mesmo me será por filho” (cf. Sl 2,6-7). Nessa condição, caso peque, o “filho de Yahweh” será castigado com “vara de homens e açoites dos filhos de Adão”, mas a aliança entre Yahweh e a dinastia não será suspensa.

É muito natural que o termo técnico *bəṇê ʾādām* apareça no contexto da teologia dinástica, porque os *bəṇê ʾādām* compreendem o aparelho material – político-burocático, militar e religioso – por meio do qual a dinastia efetivamente exerce seu governo e poder.

Sl 89,48 (em Almeida, v. 47)

– chave: dinastia/cosmogonia

O Sl 89 encerra de modo plástico-retórico a iniludível relação entre, de um lado, os *bəṇê ʾādām*, na condição de fundamento político-social da cosmogonia, da criação, isto é, de Jerusalém/Judá, a saber, o rei

e sua instituição, e, de outro, os temas da cosmogonia/criação/fundação de cidade e da dinastia. Sua leitura equivale a um exercício de antropologia cultural (RIBEIRO, 2009).

O termo técnico *bənê ʾāḏām*, no Sl 89,48 (v. 47, em Almeida), encerra uma série de relações mítico-teológicas próprias da teologia real. A “criação” constitui a emersão, desde as águas cosmogônicas, do complexo rei/cidade/povo. De um lado, os *bənê ʾāḏām*, de outro, o povo, organiza-se, assim, a “criação”, instalada devidamente na cidade. Se falta a cidade, se ela é destruída, acaba a “criação”. Se falta o povo, não há criação. Se falta o rei, se os *bənê ʾāḏām* não são “criados”, a “criação” permanece submersa (RIBEIRO, 2009).

Sl 36,8 (Almeida, v. 7)

– chave dinastia/cosmogonia/inspeção divina

Mais uma vez se articulam os temas cosmogonia e inspeção divina. O salmo está dividido em três seções, e, mais uma vez, em quiasmo. No centro, os *bənê-ʾāḏām*. A primeira parte, v. 1-5 (v. 1-4, em Almeida), recapitula praticamente ponto por ponto, a introdução dos Sl 53 (= Sl 14). Aqui, fica subentendido tratar-se do rei perverso, e isso por meio da referência aos *bənê-ʾāḏām* no núcleo do quiasmo, ao passo que lá, nos Sl 53 e 14, a identidade dos *bənê-ʾāḏām* é revelada de imediato, e garantida pela interpretação dos versos finais. Lá, o rei e seu aparelho institucional – os *bənê-ʾāḏām* do qual ele é o “tu” e o comendante-em-chefe – agem como se “Deus” nada fosse fazer a respeito de suas injustiças, exatamente como faz o “perverso” do Sl 36. Também lá, é em “seu coração” que o insensato vai dizendo “não há Deus”. Assim, descreve-se o rei mau, indigno de seu trono e posição.

Não é o caso do rei sob mira no salmo. A ele se refere o núcleo do quiasmo, no v. 8 (v. 7, em Almeida): “os filhos de Adão à sombra de suas asas se recolhem”. Em torno dos *bənê-ʾāḏām*, antes e depois, referências cosmogônicas e dinásticas tornam ainda mais precisa a referência: a lealdade e a fidelidade de Yahweh nos céus (v. 6 *versus* Sl 89,1-5 – chave dinástico-cosmogônica), a justiça e o direito de Yahweh sustentam a criação (v. 7 *versus* Sl 89,15). Os *bənê-ʾāḏām* “nutrem-se

das gorduras da tua casa” – é das delícias de Yahweh que eles bebem, porque Yahweh é a luz deles (v. 10 *versus* Sl 89,16).

Na moldura inferior, e isso era de se esperar, invoca-se a justiça e a proteção divina sobre os **bənê-ʿādām**, considerando-se ser a eles que se referem as expressões “aos que te conhecem” (cf., como chave negativa, Sl 53,4) e “retos de coração”, no v. 11. Não se perca de vista que o *terminus technicus* **bənê-ʿādām** aponta simplesmente uma categoria político-social, deixando muito aberto o seu caráter caso a caso – há, pois, **bənê-ʿādām** insensatos (cf. Sl 53), e há aqueles que alegam a sua justiça, e que, por isso, imaginam poder requerer de Yahweh a manutenção da sua **hesed** e de sua **ʿēmûnā^h** (v. 11 *versus* Sl 89,50), isto é, a aliança dinástico-cosmogônica com o rei.

Sl 21,11 (*Almeida*, 21,10)

– chave: dinastia/cosmogonia

Pouco há que se discutir com relação a identidade dos **bənê-ʿādām** no Sl 21. Nos v. 1-7, fala-se explicitamente – e só – do rei e dos favores que tem recebido e recebe de Yahweh. No v. 8, declara-se a fidelidade do rei a Yahweh e, então, invocam-se as vitórias do rei sobre os seus adversários. Tais adversários são apontados como sendo **bənê-ʿādām** (v. 11). O rei usará contra eles os seus arcos. São inimigos estrangeiros? São intrigas palacianas? Seja como for, a imprecação oracular é específica – os **bənê-ʿādām** que conspiram contra o rei devem perder os “frutos” e a “semente”, o que pode significar uma imprecação contradinástica. Se essa leitura estiver razoavelmente adequada, o rei, na condição de comandante-em-chefe dos **bənê-ʿādām**, tem por adversários justamente outros **bənê-ʿādām**, e, para enfrentá-los e vencê-los, para isso confia em Yahweh.

Conclusão

O conjunto das ocorrências do termo **bənê-ʿādām** na Bíblia Hebraica aponta sempre plausivelmente, e, em grande parte das vezes, de forma preferível, ao conjunto político-social constituído pelo rei – ele

próprio, o **ben-ʿādām** – e seus oficiais, sejam os oficiais civis da corte, sejam os oficiais religiosos do aparelho litúrgico, sejam os membros do exército. Numa palavra, os **bənê-ʿādām** referem-se ao corpo governamental da cidade próximo-oriental, porque igualmente aplicado, por exemplo, ao faraó egípcio. Em relação de sujeição aos **bənê-ʿādām**, e com eles constituindo o conjunto social da cidade/nação, encontra-se o povo.

A identidade dos **bənê-ʿādām** como corpo governamental pode ser bastante seguramente revelada nas seguintes passagens: Dt 32,8; 2 Sm 7,14; Sl 21,11; 36,8; 45,3; Sl 53,3 = 14,2; 58,2 e 89,48. A análise das composições em que se encontram essas seguramente mais plausíveis revela que as ocorrências de **bənê-ʿādām** gravitam em torno de três “chaves” sub-temáticas recorrentes e quase que unanimemente comum a todas. Em todos os casos analisados, evidencia-se a) a referência a uma classe político-social, que, b) igualmente, em todos os casos, legitima-se por meio do recurso à injunção ideológico-demagógica da dinastia cosmogônica a serviço da divindade, e, por isso, também sujeita a ela, e c) nos casos dos Sl 53 e 58, a denúncia da injustiça e da opressão que essas classes exercem sobre o povo, em flagrante contradição com a metáfora do rei como “pastor”.

Essas três chaves sub-temáticas são heurísticamente úteis para a avaliação das demais ocorrências, ou seja, aquelas quanto às quais não se poderia afirmar tão seguramente tratar-se de referências ao corpo governamental, mas que, a despeito disso, se poderia – e se pode –, ainda assim, pressupor como razoavelmente plausível a mesma hipótese – cujo efeito se obteve no corpo do ensaio. Assim, reunidas em torno de suas respectivas chaves sub-temáticas principais, também as seguintes ocorrências referem-se, plausivelmente, ao conjunto do corpo político-social do governo: a) como referência à classe social do governo: Sl 49,3; 57,5; 62,10; Pr 8,4.31; Jl 1,12; b) a mesma classe político-social do governo, associada, agora, à denúncia de injustiça e opressão: Sl 12,1.8; e, finalmente, c) ainda aquela mesma classe, associada agora a narrativas cuja base discursiva gire em torno dos temas da dinastia, que, uma vez associada ao motivo político-teológico da cosmogonia, implicam, de um lado, na figura do rei como “pastor” e, de outro, no conceito de fiscalização divina de seu governo: Sl 11,4; 31,20; 66,5;

90,3; 107,8.15 (exceto v. 21.31); 115,16; Pr 15,11; Is 52,14; Jr 32,19; Ez 31,14; Dn 10,16; Mi 5,6.

Pode-se acomodar o conjunto das ocorrências no seguinte quadro:

Quadro sintético de avaliação das ocorrências de bənê-ʾāḏām na Bíblia Hebraica		Os bənê-ʾāḏām como bastante plausivelmente o rei e seus oficiais	Os bənê-ʾāḏām como plausivelmente o rei e seus oficiais
bənê-ʾāḏām como a classe político-social formada pelo rei e seus oficiais civis, militares e religiosos	bənê-ʾāḏām como dinastia e fundamento cosmogônico	Dt 32,8; 2 Sm 7,14; Sl 21,11; 36,8; 45,3; Sl 53,3 = 14,2; 58,2 e 89,48	Sl 11,4; 12,1.8; 31,20; 49,3; 57,5; 62,10; 66,5; 90,3; 107,8.15 (exceto v. 21.31); 115,16; Pr 8,4.31; 15,11; Is 52,14; Jr 32,19; Ez 31,14; Dn 10,16; Mi 5,6; Jl 1,12
	D e n ú n c i a contra injustiça e opressão dos bənê-ʾāḏām	Sl 53,3 = 14,2; 58,2	Sl 12,1.8

Sempre ideologicamente a ele relacionado, muitas vezes o termo **bənê-ʾāḏām** evoca, explicitamente, o tema cosmogônico. Isso se explica pelo fato de que os **bənê-ʾāḏām** constituem um dos três elementos imprescindíveis da “criação” – o rei, a cidade e o povo. A rigor, os **bənê-ʾāḏām** constituem o fundamento político-social da “criação”. Eles são a representação concreta do “criador”.

Estar-se informado dessa circunstância particular do sentido técnico-cultural do termo **bənê-ʾāḏām** permite evitarem-se as generalizações que se aplicam às narrativas onde ele ocorre. Mesmo onde é bastante positiva a identidade dos **bənê-ʾāḏām**, como no Sl 53, por exemplo, ou no 58, as versões tendem a interpretar a sua ocorrência como uma referência geral à “humanidade” ou aos “seres humanos”. Ora, ainda que não fosse possível – mas é – demonstrar-se a improcedência dessa interpretação, ou seja, ainda que não se pudesse – mas se pode – afirmar que, nessas passagens, **bənê-ʾāḏām** constitui uma referência a um grupo político-social concreto e específico, e não a uma abstração antropológico-sociológica genérica qualquer, o termo

somente poderia suportar a eventual referência genérica aos israelitas e judeus, e, nunca, ao conceito de “humanidade”. No entanto, parece suficientemente assentada a proposição de que, na Bíblia Hebraica, os *bənê-’ādām* são quase sempre pouco discutivelmente – e algumas boas pouco discutivelmente vezes – os membros do governo – o rei e seus homens.

Referências bibliográficas

- A BÍBLIA DE JERUSALÉM.** Nova ed., revista. São Paulo: Paulinas, 1989.
- AHLSTRÖM, G. W. **Joel and the Temple Cult of Jerusalem.** Leiden: Brill Archive, 1971.
- ALONSO-SCHÖKEL, L. **Bíblia do Peregrino.** São Paulo: Paulus, 2002.
- ALONSO-SCHÖKEL, L. e CARNITI, C. **Salmos I – Salmos 1 -72.** São Paulo: Paulus, 1996.
- AUNE, D. E. **Apocalypticism, prophecy and magic in early Christianity.** Tübingen: Mohr Siebeck, 2006.
- BOWKER, J. W. **The meanings of Death.** New York: Cambridge University Press, 1993.
- BOWKER, J. W. **The Religious Imagination and the Sense of God.** New York: Oxford University Press, 1978.
- BURKETT, D. R. **The Son of Man Debate.** New York: Cambridge University Press, 1999.
- CARAGOUNIS, C. C. **The Son of Man: vision and interpretation.** Tübingen: Mohr Siebeck, 1986.
- CLIFFORD, R. J. **Proverbs.** Louisville: Westminster John Knox Press, 1999.
- COLLINS, A. Y. E COLLINS, J. J. **King and Messiah as Son of God: Divine, Human, and Angelic Messianic Figures in Biblical and Related Literature.** Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing, 2008.
- CROATTO, J. S. **Isaias. A Palavra Profética e sua Releitura Hermenêutica. V. II: 40-55. A libertação é possível.** Petrópolis: Vozes, São Leopoldo: Sinodal, 1998,

- DAVIDSON, R. **The Vitality of Worship**. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing, 1998.
- DAY, J. **God's Conflict with the Dragon and the Sea: echoes of a Canaanite myth in the Old Testament**. Cambridge: CUP Archive, 1985.
- DUNCAN, D. S. **To Reign as Kings**. Melbourne: Calvary Publications, 1988.
- GARMUS, L. (coord). **Bíblia Vozes**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GERSTENBERGER, E. **Psalms: part 1: with an introduction to cultic poetry**. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing, 1988.
- GOLDINGAY, J. **Israel's Faith**. Downers Grove: InterVarsity Press, 2006.
- GOTTWALD, N. K. **Tribos de Yahweh – uma sociologia da religião de Israel iberto: 1250-1050 a.C.** São Paulo: Paulinas, 1986.
- GOWAN, D. E. **The Westminster Theological Wordbook of the Bible**. Louisville: Westminster John Knox Press, 2003.
- GROGAN, G. **Psalms**. Grand Rapids: Wiliam B. Eerdmans Publishing, 2008.
- HAAG, H. בֶּן-אָדָם – *ben-ʿādām*, em: BOTTERWECK, J. e RINGGREN, H. (ed), **Theological dictionary of the Old Testament**. V. II. Rev. ed. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing, 1999.
- HAMPSHER-MONK, I. **The Impact of the French Revolution: texts from Britain in the 1790s**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- KHATRY, R. **The Authenticity of the Parable of the Wheat and the Tares and Its Interpretation**. Boca Raton: Universal-Publishers, 2000.
- LEVENSON, J. D. **Resurrection and the Restoration of Israel: the ultimate victory of the God of life**. New Haven: Yale University Press, 2006.
- MAIMÔNIDES, M. **The Guide for the Perplexed**. Trad. de Michael Friedländer. 4ª ed. Forgotten Books, 1925.
- MURPHY, F. J. **Fallen is Babylon: the Revelation to John**. Harrisburg: Continuum International Publishing Group, 1998.
- NIBLOCK, T. e WILSON, R. **The Political Economy of the Middle East: the role of the state**. Cheltenham: Edward Elgar, 1999.
- OTTOSSOM, M. Eden and the Land of Promise, in: John Adney EMERTON, J. A. (ed), **Congress Volume: Jerusalem, 1986**. Leiden: E. J. Brill, 1988.

- RIBEIRO, O. L. **A Cosmogonia de Inauguração do Templo de Jerusalém – o Sitz im Leben de Gn 1,1-3 como prólogo de Gn 1,1-2,4a**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008 (Tese de Doutorado), disponível <http://www.ouviroevento.pro.br/index/TESE.htm>
- RIBEIRO, O. L. **Sl 53 – quando os pastores são leões**, 2004, disponível em http://www.ouviroevento.pro.br/biblicoteologicos/Salmo_53.htm.
- RIBEIRO, O. L. **Sl 89 – Crise e quebra dinástica como anti-cosmogonia**, *Oracula*, ano 5, n. 9, 2009, em <http://www.oracula.com.br/numeros/012009/ribeiro.pdf>.
- ROBINSON, J. T. **Samuel Ibn Tibbon's Commentary on Ecclesiastes: The Book of the Soul of Man**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2007.
- SMITH, J. E. **Wisdom Literature and Psalms**. Claremont: College Press, 2007.
- SMITH, M. On the Shape o God and Humanity of Gentiles, em: NEUSNER, J. (ed), **Religions in Antiquity: essays in memory of Erwin Ramsdell Goodenough**. Leiden: E. J. Brill, 1968, pp. 315-326.
- STORNILO, I. e BALANCIN, E. M. **Bíblia Sagrada – edição pastoral**. 5 impressão revista. São Paulo: Paulinas, 1992.
- TARAZI, P. N. **The Old Testament: Psalms and Wisdom**. New York: St Vladimir's Seminary Press, 1996.
- TEB – TRADUÇÃO ECUMÊNICA DA BÍBLIA**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1995, p. 1066, nota p.
- WALTKE, B. K. **The Book of Proverbs: Chapters 1-15**. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing, 2004.
- WASILEWSKA, E. **Creation Stories of the Middle East**. London: Jessica Kingsley Publishers, 2000.
- WEINFELD, M. **Deuteronomy and the Deuteronomic School**. Winona Lake: Einsenbrauns, 1992.
- WRIGHT, E. **The Early History of Heaven**. New York: Oxford University Press, 2002.